



Estrada de Ferro Carajás

Demonstrações Financeiras

“Carve-out”

31 de dezembro de 2024



Estrada de Ferro Carajás
Índice das Demonstrações Financeiras “Carve-out”

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras “Carve-out”	3
Demonstração do Resultado	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Balanço Patrimonial	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras “Carve-out”	11
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras “Carve-out”	
3. Receita de serviços, líquida	
4. Custos e despesas, por natureza	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias	
8. Intangível	
9. Imobilizado	
10. Provisões para processos judiciais	
11. Patrimônio líquido	
12. Partes relacionadas	
Responsável Técnico	19

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	Notas	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Receita de serviços, líquida	3	8.034.922	7.263.960
Custos dos serviços prestados	4(a)	(5.254.022)	(4.964.199)
Lucro bruto		2.780.900	2.299.761
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(35.928)	(35.575)
Outras receitas operacionais, líquidas	4(c)	35.458	26.054
Lucro operacional		2.780.430	2.290.240
Resultado financeiro, líquido	5	(1.045.704)	(852.789)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.734.726	1.437.451
Tributos sobre o lucro	6		
Imposto de renda		(433.682)	(359.363)
Contribuição social		(156.125)	(129.371)
		(589.807)	(488.734)
Lucro líquido do exercício		1.144.919	948.717

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Notas	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.734.726	1.437.451
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	8 e 9	1.465.842	1.439.727
Atualização do contrato de concessão	5	283.681	79.106
Provisão (reversão) para processos judiciais	10	20.820	(18.339)
Baixa do imobilizado e intangível		16.241	672.382
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Partes relacionadas		(17.015)	(3.408)
Almoxarifado		26.304	12.862
Tributos a recuperar		(234.863)	(208.728)
Depósitos judiciais		82.193	(2.108)
Fornecedores		(634.107)	850.984
Fornecedores - Partes relacionadas		9.893	(6.575)
Obrigações sociais e tributárias		16.402	114.577
Contingências		(3.174)	(51.321)
Outros ativos e passivos, líquidos		175.613	(807)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		2.942.556	4.315.803
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado e intangível	8 e 9	(2.151.494)	(2.425.826)
Prorrogação antecipada da concessão		(3.021.981)	(71.943)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(5.173.475)	(2.497.769)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos aos acionistas	11	(225.320)	(71.030)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(225.320)	(71.030)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício		(2.456.239)	1.747.004
Transferência do caixa para partes relacionadas		2.456.239	(1.747.004)
Partes relacionadas no início do exercício		13.286.808	15.033.812
Partes relacionadas ao final do exercício		15.743.047	13.286.808

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo			
Ativo circulante			
Partes relacionadas	12	34.034	17.019
Almoxarifado		289.696	316.000
Outros		13.279	6.454
		337.009	339.473
Ativo não circulante			
Tributos a recuperar	7	1.099.384	864.521
Depósitos judiciais	10	49.934	132.127
		1.149.318	996.648
Intangível	8	19.785.265	17.479.168
Imobilizado	9	15.391.711	14.540.885
		35.176.976	32.020.053
Total do ativo		36.663.303	33.356.174
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e empreiteiros		1.097.032	1.731.139
Obrigações sociais e tributárias	7	5.320.687	4.714.478
Partes relacionadas	12	10.779	886
Dividendos a pagar	11(c)	271.918	225.320
Prorrogação antecipada da concessão	8	299.571	421.099
Outros		226.115	43.677
		7.226.102	7.136.599
Passivo não circulante			
Partes relacionadas	12	15.743.047	13.286.808
Prorrogação antecipada da concessão	8	3.059.232	3.188.492
Provisões para processos judiciais	10	72.636	54.990
		18.874.915	16.530.290
Total do passivo		26.101.017	23.666.889
Patrimônio líquido			
	11		
Contribuição de capital		3.597.790	3.597.790
Reserva legal		456.689	399.443
Outras reservas de lucros		6.507.807	5.692.052
Total do patrimônio líquido		10.562.286	9.689.285
Total do passivo e patrimônio líquido		36.663.303	33.356.174

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.597.790	352.007	5.016.091	-	8.965.888
Lucro líquido do exercício	-	-	-	948.717	948.717
Transações com acionistas:					
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(225.320)	(225.320)
Apropriação para reservas	-	47.436	675.961	(723.397)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.597.790	399.443	5.692.052	-	9.689.285
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.144.919	1.144.919
Transações com acionistas:					
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(271.918)	(271.918)
Apropriação para reservas	-	57.246	815.755	(873.001)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.597.790	456.689	6.507.807	-	10.562.286

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

Estrada de Ferro Carajás
Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Receita bruta		
Receita de serviços	10.130.128	9.182.596
Outras receitas	99.719	116.015
Menos:		
Custo dos serviços de transporte de carga	(1.077.352)	(1.017.808)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(1.650.804)	(1.578.300)
Custos dos serviços de transportes de passageiros	(62.383)	(62.586)
Outras despesas	(165.974)	(125.536)
Valor adicionado bruto	7.273.334	6.514.381
Depreciação e amortização	(1.465.842)	(1.439.727)
Valor adicionado líquido	5.807.492	5.074.654
Recebido de terceiros:		
Receita financeira	4.154	9.341
Total do valor adicionado a distribuir	5.811.646	5.083.995
Remuneração direta	577.606	525.851
INSS	117.501	111.509
FGTS	32.105	31.033
Benefícios	204.644	197.384
Despesas financeiras	1.049.859	862.130
Impostos federais	1.509.992	1.333.315
Impostos estaduais	1.175.020	1.074.056
Lucro líquido do exercício	1.144.919	948.717
Distribuição do valor adicionado	5.811.646	5.083.995

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Carajás (a “Ferrovia” ou “EFC”) compreende uma ferrovia de 979 quilômetros, que interliga a Serra dos Carajás, no Estado do Pará, ao porto de Ponta Madeira em São Luís - Maranhão, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. (“Vale” ou a “Companhia”), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como ferro-gusa, grãos, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

Em dezembro de 2020, a Vale celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões para operar a Estrada de Ferro Carajás (“EFC”) e a Estrada de Ferro Vitória a Minas (“EFVM”) por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

A Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a União Federal, por meio do Ministério dos Transportes (em conjunto: “Partes”), vinham rediscutindo sobre as condições gerais dos Contratos de Concessão e, em 30 de dezembro de 2024, as bases gerais para repactuação foram reestabelecidas entre as Partes e cumprirão formalizações usuais, sendo submetidas à avaliação e anuência das autoridades competentes.

A repactuação será feita em conformidade com os termos dos contratos de concessão, que seguem vigentes, visando promover sua modernização e atualização. Sob as bases gerais da repactuação, a Vale se comprometeu com um aporte global máximo de aproximadamente R\$ 6.681.542 a título da revisão de levantamento da base de ativos da EFC, da otimização de obrigações contratuais e do replanejamento de investimentos. Adicionalmente, a Vale realizou um pagamento antecipado referente a EFC no montante de R\$ 2.770.616 em 30 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a Ferrovia EFC possui um passivo referente a prorrogação antecipada das concessões no valor de R\$ 3.358.803 (R\$ 3.609.591 em 31 de dezembro de 2023).

2. Base de preparação das demonstrações financeiras “Carve-out”

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras “Carve-out” (“demonstrações financeiras”) foram preparadas considerando os critérios estabelecidos no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões (“Anexo 8”) celebrado em 18 de dezembro de 2020 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

Todas as informações relevantes próprias dessas demonstrações financeiras e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás, bem como correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Vale.

b) Base de apresentação

Estas demonstrações financeiras representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale, e foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Anexo 8” firmado com a União.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Vale, em 15 de maio de 2025.

c) Demonstração do Valor Adicionado

Após a renovação das concessões ferroviárias realizadas em dezembro de 2020, foi acordado entre a Vale e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que a partir de dezembro de 2021 a Ferrovia deveria divulgar em seu relatório financeiro a demonstração do valor adicionado. Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

e) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados.

f) Estimativa e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Ferrovia na preparação dessas demonstrações financeiras estão assim apresentadas conforme especificado nas notas 9 e 10.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma, conforme determinado no Anexo 8 e descrito na política contábil da nota 12, a demonstração dos fluxos de caixa representa a movimentação dos saldos de partes relacionadas nas demonstrações financeiras.

3. Receita de serviços, líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Transporte próprio da Vale (i)	9.649.943	8.866.938
Transporte de carga geral e de passageiros	190.309	101.390
Receita acessória de transporte	289.876	214.268
Impostos sobre receitas	(2.095.206)	(1.918.636)
Total	8.034.922	7.263.960

(i) O aumento da receita com transporte próprio da Ferrovia está atrelado ao preço, que teve um aumento de 5% quando comparado com o exercício anterior.

Política contábil

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, e por um montante que reflita a contraprestação que a Ferrovia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço para o minério próprio transportado, conforme tarifas máximas de referência homologadas pela ANTT, conforme citado no item 2.1 do Anexo 8.

4. Custos e despesas, por natureza

a) Custos de serviços prestados

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Pessoal	(931.855)	(865.777)
Material e serviço	(1.658.161)	(1.584.559)
Óleo combustível e gases	(999.399)	(942.907)
Depreciação e amortização	(1.465.842)	(1.439.727)
Outros	(198.765)	(131.229)
Total	(5.254.022)	(4.964.199)

b) Despesas com vendas e administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Pessoal	(16.409)	(16.606)
Serviços	(9.692)	(8.871)
Depreciação e amortização	(3.479)	(4.096)
Outras	(6.348)	(6.002)
Total	(35.928)	(35.575)

Política contábil

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Provisão (reversão) para processos judiciais (nota 10)	(20.820)	18.339
Pesquisa e desenvolvimento	(15.270)	(29.529)
Venda de materiais (i)	74.013	66.319
Ajuste de inventário	(25.518)	(29.043)
Outras (ii)	23.053	(32)
Total	35.458	26.054

(i) Refere-se substancialmente à venda de sucata.

(ii) Ressarcimento de R\$ 19.863 referente aos gastos incorridos devido ao acidente no KM 244 em 2023, de acordo com o contrato entre EFC e FNS.

Política contábil

Destina-se à contabilização de outras despesas operacionais, líquidas relativas ao Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, não classificados nos grupos custos dos serviços prestados e despesas com vendas e administrativas.

5. Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Despesas financeiras		
Juros	(755.708)	(772.980)
Atualização do contrato de concessão	(283.681)	(79.106)
Variações monetárias e cambiais	(10.469)	(10.044)
	(1.049.858)	(862.130)
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	4.154	9.341
	4.154	9.341
Resultado financeiro líquido	(1.045.704)	(852.789)

Política contábil

Concessões - Os passivos das concessões ferroviárias são compostos pelo valor presente líquido dos pagamentos futuros associados aos pagamentos fixos pela outorga e às obrigações de investimento em infraestrutura.

As políticas contábeis materiais relacionadas aos itens de receita financeira estão demonstradas na nota explicativa “12. Partes relacionadas”.

6. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.734.726	1.437.451
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(589.807)	(488.734)

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada exercício, conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o cálculo dos tributos incidentes sobre as vendas e sobre o resultado, deverá considerar as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e ser realizado de forma a refletir as alíquotas, deduções e benefícios previstos na legislação vigente. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para os tributos sobre o lucro foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro. A contrapartida dos impostos (incluindo impostos sobre a renda, bem como outros incidentes sobre o resultado) são apresentados no ativo ou passivo dependendo dos saldos em aberto.

7. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo		
COFINS	941.244	748.340
PIS	158.140	116.181
Total a recuperar	1.099.384	864.521
Passivo		
Obrigações sociais	154.075	194.077
ISS	10.564	11.967
IRPJ	3.355.279	2.902.018
CSLL	1.220.882	1.064.753
Outras	579.887	541.663
Total a recolher	5.320.687	4.714.478

Política contábil

As obrigações sociais tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam os impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da Ferrovia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme regime de competência. Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma os tributos a recuperar e obrigações sociais e tributárias foram apresentados de forma acumulada no Balanço Patrimonial da Ferrovia.

8. Intangível

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.352.922
Adições	546.909
Atualização do contrato de concessão	2.307.656
Amortização	(662.793)
Baixas	(65.526)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.479.168
Custo	22.870.436
Amortização	(5.391.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.479.168
Adições	516.421
Atualização do contrato de concessão	2.487.512
Amortização	(684.287)
Baixas	(13.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.785.265
Custo	25.839.536
Amortização	(6.054.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.785.265

Prorrogação antecipada da concessão

O passivo reconhecido da EFC, é composto por: valores de outorga das concessões, memória Ferroviária, desenvolvimento tecnológico e conflitos urbanos. A renovação dos contratos de concessão prevê a revisão e inventário físico da base de ativos existente pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), podendo afetar o valor das obrigações assumidas. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da Concessão, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico. Em ambas as circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Política contábil

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia possui concessão para explorar bens da Ferrovia por um período determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

9. Imobilizado

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.780.607	4.350.183	404.898	5.569.248	1.940.821	14.045.759
Adições	-	-	-	-	1.878.917	1.878.917
Baixas	(1.356)	(9.579)	(11.537)	(125.841)	(458.543)	(606.856)
Depreciação	(11.302)	(201.129)	(35.442)	(529.061)	-	(776.934)
Transferências	120.227	(70.845)	(18.054)	678.740	(710.068)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.888.176	4.068.630	339.865	5.593.086	2.651.128	14.540.885
Custo	2.602.225	6.492.193	946.033	9.273.809	2.651.128	21.965.388
Depreciação acumulada	(714.049)	(2.423.563)	(606.168)	(3.680.723)	-	(7.424.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.888.176	4.068.630	339.865	5.593.086	2.651.128	14.540.885
Adições	-	-	-	-	1.635.073	1.635.073
Baixas	-	-	-	-	(2.692)	(2.692)
Depreciação	(12.924)	(222.737)	(37.417)	(508.477)	-	(781.555)
Transferências	99.494	338.340	(22.817)	533.062	(948.079)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.974.746	4.184.233	279.631	5.617.671	3.335.430	15.391.711
Custo	2.751.038	6.995.661	975.277	9.712.747	3.335.430	23.770.153
Depreciação acumulada	(776.292)	(2.811.428)	(695.646)	(4.095.076)	-	(8.378.442)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.974.746	4.184.233	279.631	5.617.671	3.335.430	15.391.711

(i) Referem-se a vagões, locomotivas e infraestrutura da Ferrovia.

Política contábil

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Estimativa e julgamentos críticos

Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, consequentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há registro de *impairment* de ativos nas demonstrações financeiras da Ferrovia.

10. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

A Ferrovia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Ferrovia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

a) Processos judiciais provisionados

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.236	80.363	30.886	1.165	124.650
Adições e reversões, líquido	-	(25.210)	6.871	-	(18.339)
Pagamento	-	(46.140)	(11.879)	-	(58.019)
Atualizações monetárias, líquido	913	3.851	1.810	124	6.698
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.149	12.864	27.688	1.289	54.990
Adições	3	10.034	10.429	354	20.820
Pagamento	-	(1.692)	(11.036)	(254)	(12.982)
Atualizações monetárias, líquido	947	6.519	2.230	112	9.808
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.099	27.725	29.311	1.501	72.636

b) Processos judiciais não provisionados

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Processos tributários	69.140	64.486
Processos cíveis (i)	1.061.380	881.071
Processos trabalhistas	152.020	133.633
Processos ambientais (ii)	389.233	86.754
Total	1.671.773	1.165.944

(i) Novos processos relacionados principalmente a dano material.

(ii) Novos processos relacionados a danos ambientais.

c) Depósitos judiciais

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Processos tributários (i)	2.743	78.109
Processos cíveis	11.718	10.589
Processos trabalhistas	23.300	32.237
Processos ambientais	12.173	11.192
Total	49.934	132.127

(i) Refere-se ao resgate de alvará.

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação presente for considerada como perda provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. Patrimônio líquido

Para fins das demonstrações financeiras, a Companhia considerou a Ferrovia como uma entidade jurídica legal individual, dessa forma para cumprir com o requerimento do anexo 8, a Companhia denominou os ativos líquidos do carve-out da Ferrovia como Patrimônio Líquido para fins de atendimento a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

a) Contribuição de capital

A contribuição de capital é de R\$ 3.597.790 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal de R\$ 456.689 (R\$ 399.443 em 31 de dezembro de 2023), e, outras reservas de lucro que possui o valor de R\$ 6.507.807 (R\$ 5.692.052 em 31 de dezembro de 2023) formados pelos lucros dos exercícios anteriores e do exercício corrente, após devidas destinações das reservas conforme previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina que 25% do lucro líquido deve ser destinado a título de dividendos mínimos obrigatório, após as destinações de reserva legal. Em 31 de dezembro de 2024 foram destinados valores para dividendos a pagar de R\$271.918 (R\$225.320 em 31 de dezembro de 2023).

Política contábil

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia. Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o pagamento de dividendos e a constituição de capital e reservas seguirão a política e as condições estabelecidas para os acionistas da Ferrovia, representados pelos acionistas da Companhia.

12. Partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações financeiras podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, bruta	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Vale (i)	-	-	15.743.047	13.286.808	9.667.317	8.884.469
VLI	5.955	6.907	-	-	148.176	121.432
Ferrovia Norte Sul	19.977	2.120	-	-	187.865	137.686
Outros	8.102	7.992	10.779	886	126.770	39.009
Total	34.034	17.019	15.753.826	13.287.694	10.130.128	9.182.596

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam empréstimos obtidos e saldo credor de disponibilidades, remunerados ao final de cada mês com base nos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas.

Política contábil

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota 3) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no Anexo 8, o saldo da “nova” conta de “disponibilidades”, denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira, criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base nas aplicações financeiras praticados pela Vale com a contrapartida na conta “receitas financeiras”. Quando o saldo for credor será transferido para

passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

* * *

Cecília Fernandes Albuquerque

Gerente de Controladoria

CRC-RJ 111734/O